

ABERTURA DA SESSÃO

Aos sete dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e sete, na Vila de Nisa e Auditório da Biblioteca Municipal, teve lugar a Sessão Ordinária de Dezembro da Assembleia Municipal de Nisa, convocada pelo Presidente da respectiva Mesa, nos termos do disposto na alínea b) do nº 1 do Artº 54º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redacção que lhe é dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do Edital Nº 6/2007, datado do dia 26 de Novembro de 2007, enviado a todos os Eleitos através do Ofício Nº 23/2007-AM, da mesma data e à qual compareceram os seus membros, José da Cruz Curado Polido, Arménio de Pina Morais de Almeida, Júlio Almeida Pires, Marco António Barreto Lourenço de Oliveira, Joaquim Marques Rodrigues, Gilberto Mourato Canilhas Manteiga, Mário Rui de Gouveia Macedo, João Carlos Nabais Pinto, Joaquim Maria da Costa, Florinda João Requeixa Ribeiro Fortunato, António Manuel Caldeira Valente, Armando Manuel Maria Vieira Luís, José Lopes Duarte Baião (Presidente da Junta de Freguesia de Alpalhão), Artur da Rosa Dias (Presidente da Junta de Freguesia de Arez), Fernando Serralha Carita Marquês (Presidente da Junta de Freguesia do Espírito Santo), António dos Remédios da Costa (Presidente da Junta de Freguesia de Montalvão), João José Cabim Malpique Rufino (Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Graça), Francisco Boletto São Pedro (Presidente da Junta de Freguesia de Santana), João Vicente Ferrer (Presidente da Junta de Freguesia de São Matias), José Miguéns Louro Hilário (Presidente da Junta de Freguesia de São Simão) e Ilda Maria da Cruz Pires (Presidente da Junta de Freguesia de Tolosa).

Não compareceram a esta Sessão, os Eleitos José Manuel Tremeço Barreto, Adelino José Polido Temudo e Francisco Rogério Cardoso Dias (Presidente da Junta de Freguesia de Amieira do Tejo), pelas razões transcritas no Ponto 14 da presente Acta e João Eduardo Miguéns Serralha.

E, como se encontravam em número legal para se constituir em reunião, nos termos do que dispõe o nº 1 do Artº 89º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, foi a Sessão declarada aberta pelo Presidente da respectiva Mesa, Sr. José da Cruz Curado Polido, quando eram catorze horas e cinquenta e cinco minutos.

Estiveram, ainda, presentes a esta Sessão da Assembleia Municipal de Nisa, por parte do Executivo e conforme nºs 1 e 3 do Artº 48º da antes citada Lei nº 169/99, a Presidente da Câmara, Maria Gabriela Pereira Menino Tsukamoto e os Vereadores João Gonçalves da Costa e Maria de Fátima Dinis Carita Moura, a fim de poderem prestar os esclarecimentos julgados necessários, relativamente aos assuntos constantes da Ordem de Trabalhos desta mesma Sessão.

Procedeu-se, de seguida, à leitura da Ordem de Trabalhos da presente Sessão, a qual é a constante do Edital Nº 6/2007, com data de 26 de Novembro de 2007, já antes referido e previamente enviada a todos os membros desta Assembleia Municipal através do Ofício Nº 23/2007-A.M., da mesma data, para cumprimento do disposto no nº 1 do Artº 49º da anteriormente citada Lei nº 169/99, passando-se à análise e discussão, tendo em vista a sua eventual aprovação, dos assuntos na mesma referenciados, tendo as respectivas Deliberações sido tomadas ao abrigo do que dispõe o nº 1 do Artº 90º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, como para cada uma a se indica.

O Eleito João Carlos Pinto, integrou-se nos trabalhos desta Sessão quando eram 16H00, não tendo participado na discussão e aprovação dos Pontos Nºs 1, 2, 3, 4 e 11 da respectiva Ordem de Trabalhos, enquanto que o Eleito João Malpique (Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Graça) se ausentou dos trabalhos quando eram 17H00, após ter solicitado a devida autorização ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa e que lhe foi concedida, não tendo participado na discussão e aprovação dos Pontos Nºs 6, 7, 8, 9, 10, 12, 14 e 15.

Ponto Nº 1 – Período de antes da Ordem do Dia.

Assuntos para conhecimento:

Foi posta à disposição dos Eleitos da Assembleia Municipal de Nisa, a documentação a que a seguir se faz referência:

- E.mail, de 5 de Dezembro de 2007, do Eleito Adelino Temudo, informando que não pode comparecer à presente Sessão;
- E.mail de 28 de Novembro de 2007, do Eleito José Manuel Barreto, informando da sua impossibilidade de comparecer à Sessão de hoje;
- Atestado Médico, datado de 7 de Dezembro de 2007, comprovativo da impossibilidade de comparecimento à Sessão de hoje, de Francisco Rogério Cardoso Dias,
- E.mail, de 5 de Dezembro de 2007, do Eleito João Pinto, solicitando diversos esclarecimentos relativos à revisão do PDM de Nisa;
- Circular nº 128/2007, de 28 de Novembro, da Associação nacional de Municípios Portugueses, enviando um parecer relativo às taxas de resíduos e controlo de água;
- Circular Nº 120/2007, de 23 de Outubro, da Associação Nacional de Municípios Portugueses, enviando cópia da Proposta de Lei do Orçamento de estado para 2008;
- Ofício Nº 91, datado do dia 17 de Outubro de 2007, da Federação dos Bombeiros do Distrito de Portalegre, enviando um comunicado aprovado em reunião de 9 do mesmo mês, onde foi tomada uma posição sobre o que foi dito e escrito no âmbito do incêndio de 29/07/2007;
- Parecer emitido pela Sociedade de Advogados “Gonçalves Pereira, Castelo Branco”, com data de 29 de Outubro de 2007, sobre o concurso para adjudicação da Albergaria “Penha do Tejo”;
- Carta da Sociedade Musical Nisense, sem data nem referência, a propor a atribuição da Medalha de Mérito Municipal ao maestro António Maria Charrinho.

Informações dos Eleitos

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa deu a palavra aos membros da mesma que manifestaram interesse em fazer uso da mesma, tendo-se verificado as intervenções:

- O Eleito Joaquim Costa disse que mais um ano que vai passar e sobre o que tem vindo a solicitar, ainda nada foi satisfeito, nomeadamente, a instalação das antenas da TMN em Montalvão, o calcetamento junto ao Lar, a sinalização da estrada para Nisa e o arranjo da Póvoa-e-Meadas, referindo que, o que não é prioritário, como as ruas de santo André, arranja-se e o que faz falta, não, lamentando tal situação.
- O Eleito José Baião, Presidente da Junta de Freguesia de Alpalhão, disse que via com muito agrado a execução do projecto para a construção do polivalente de Alpalhão, mas referiu que ficava preocupado com o processo de arranjo do cemitério. Informou que a Junta de Freguesia de Alpalhão já começou, por sua livre iniciativa, com os trabalhos no edifício da sede.
- O Eleito Marco Oliveira, referiu-se a uma notícia que viu na comunicação social e que tinha a ver com a redução das taxas do IRS no Concelho de Torres Novas, mais um que preferiu agir desta maneira, ao contrário do nosso, que optou por agravar. Disse que na última Sessão desta Assembleia Municipal havia feito vários pedidos de esclarecimento, que se encontram registados em Acta e que até agora ainda nada lhe foi enviado, solicitando, mais uma vez e na base do bom entendimento existente entre a Assembleia e a Câmara, que lhe façam chegar as respostas.
- O Eleito Arménio Morais e referindo-se ao que o Eleito Marco Oliveira havia dito sobre as taxas de IRS, informou que, além do Município de Torres Novas, soube de igual procedimento em mais quatro ou cinco, algumas delas alentejanas e com presidência CDU, salientando que, se a Assembleia Municipal aprovou, terá que se sujeitar à vontade

democrática da maioria, embora não queira deixar de mostrar o seu desagrado e discordância sobre o assunto.

- O Eleito Joaquim Marques referiu que, sobre a taxa de IRS e do que sabe, a mesma é definida por Lei e as Câmaras o que fazem, neste caso, é “baixar” a percentagem, sendo que, com isto, os contribuintes não vão pagar mais de imposto, nem tão pouco ser sobrecarregados, tanto em Nisa como nos Municípios onde se procedeu de igual modo.

- A Presidente da Câmara usou da palavra para responder às questões colocadas anteriormente, explicando que, relativamente ao Cemitério de Alpalhão e porque se trata de uma infra-estrutura pertencente à Junta de Freguesia, a Câmara o que pode fazer é disponibilizar verbas, através da atribuição de subsídios, razão pela qual esta obra não vem referida. Sobre as questões colocadas pelo Eleito Marco Oliveira, assumiu que se esquecera de transmitir aos serviços o que o mesmo havia solicitado, apresentando as suas desculpas, referindo que, quanto às contas da Nisartes, na altura da elaboração da documentação ainda havia facturas a entrar, pensando que, até ao final do ano, tudo estará concluído. Sobre a questão do IRS, disse que a mesma não é consensual entre as Câmaras do País e que vai ter reflexos nas contas de cada Município, explicando que a Câmara Municipal de Nisa gasta, anualmente, mais de 250.000,00€ em transportes escolares e não pode prescindir de uma verba de cerca de 140.000,00€, dizendo que compreende o que se passa, por exemplo, em Torres Novas, onde deverá haver um número mais elevado de profissões liberais do que há no Concelho de Nisa.

- O Vereador João da Costa, referiu-se à necessidade de se proceder a uma pintura das marcações e sinalização horizontal da estrada de Nisa/Montalvão e não só o arranjo de algumas fissuras que nela existem. Quanto à estrada para a Póvoa-e-Meadas disse que já foi explicado mais do que uma vez a razão porque ainda não foi feito o projecto, muito por culpa da “Águas do Norte Alentejano”, que ainda não definiu o local de passagem da conduta. No que diz respeito ao calçamento da zona de acesso ao Lar de Montalvão, informou que há um projecto da envolvente à Igreja e como se encontra na área do Castelo, foi sugerido que se consultasse o IPPAR, sendo que a calçada já está prevista e que, com toda a certeza, irá ser feita, não concordando com o Eleito Joaquim Costa (também Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Montalvão) quando diz que *“não se faz porque, se calhar, sou eu a pedir”*, pensando que este obriga os utentes por ali a passar, como forma de pressão sobre a Câmara Municipal.

- O Eleito Arménio Morais, referindo-se à explicação apresentada pela Presidente da Câmara sobre as taxas do IRS, disse que havia ficado com a sensação de que tinha a certeza naquilo que dissera, aceitou, democraticamente, a decisão, tanto da Câmara, como da Assembleia Municipal, até ao momento em que se deparou com notícias em vários órgãos de comunicação social, de que houve municípios que reduziram em 1% a taxa aplicada.

- O Eleito Joaquim Costa, sobre a intervenção do Vereador João da Costa, na parte relativa à construção da calçada de acesso ao lar de Montalvão, disse que tinha o máximo de respeito pelos arquitectos, embora não se queira pronunciar sobre a localização do portão de acesso, o qual ficou onde está porque o projecto assim o determinou e, quanto ao obrigar as pessoas a por ali passarem, referiu que nunca agiu com cinismo, por tal não fazer parte da sua maneira de ser. Quanto à estrada para a Póvoa-e-Meadas, a mesma representa um perigo que pode vir a tirar vidas se não se fizerem as coisas correctamente.

- O Eleito Marco Oliveira, perguntou à Presidente da Câmara, na sequência do comentário feito pela mesma sobre o IRS, que isto é um assunto pertinente, por um lado e demagógico por outro e afinal em que é que se fica. Referiu, também, que faria um ponto de ordem à Mesa sobre a intervenção do Vereador João da Costa ao responder ao Eleito Joaquim Costa, lembrando que este está aqui como membro da Assembleia Municipal,

eleito pelo PS e não como Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Montalvão, sendo de opinião que o mesmo vereador deveria ter sido interrompido.

- A Presidente da Câmara, a respeito do IRS, referiu que o assunto é pertinente e, como tal, tem que ser alvo de uma explicação aprofundada. Falou, depois, sobre a realização de obras no Concelho, referindo que não foi fácil executar o Orçamento e definir prioridades, informando que, relativamente ao arranjo da estrada de Montalvão para a Póvoa-e-Meadas, a candidatura que foi elaborada para a mesma não foi aceite, devido ao fato de já não haver verbas disponíveis para tal, esclarecendo que esta poderia ter sido arranjada se não se tivesse que construir o Lar de Montalvão, mas entre uma obra e outra, a Câmara teve que definir prioridades e optar pelo Lar.

Ponto Nº 2 – Informações sobre a actividade municipal e situação financeira (alínea e) do nº 1 do Artº 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro),

Depois de devidamente autorizada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa, a Presidente da Câmara procedeu à apresentação do documento em análise, do qual foi enviada, previamente, cópia a todos os membros da Assembleia Municipal, para os devidos efeitos.

Foi perguntado se havia algum Eleito que quisesse intervir sobre o assunto, sendo que nenhum manifestou tal vontade.

Ponto Nº 3 – SAA – Deliberação Nº 36/2007

Acta Nº 4/2007, da Sessão Ordinária de Junho de 2007.

Relativamente ao assunto a que acima se faz referência, a Assembleia Municipal de Nisa aprovou, por maioria, com dezanove votos a favor e uma abstenção e para cumprimento do que dispõe o nº 2 do Artº 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, a Acta Nº 4, relativa à Sessão Ordinária de Junho de 2007, realizada no dia 29 de Junho de 2007, tendo sido declarado que era dispensada a sua leitura, como salvaguarda do disposto no nº 1 do já anteriormente citado Artº 92º, uma vez que, do texto, foi distribuída, previamente, cópia por todos os Eleitos.

Ponto Nº 4 – SAA – Deliberação Nº 37/2007

Acta Nº 5/2007, da Sessão Ordinária de Setembro de 2007.

Relativamente ao assunto a que acima se faz referência, a Assembleia Municipal de Nisa aprovou, por unanimidade e para cumprimento do que dispõe o nº 2 do Artº 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, a Acta Nº 5/2007, relativa à Sessão Ordinária de Setembro de 2007, realizada no dia 28 de Setembro de 2007, tendo sido declarado que era dispensada a sua leitura, como salvaguarda do disposto no nº 1 do já anteriormente citado Artº 92º, uma vez que, do texto, foi distribuída, previamente, cópia por todos os Eleitos.

Ponto Nº 5 – DF – Deliberação Nº 38/2007

Orçamento da Receita e Despesa do Município de Nisa para o Ano de 2008.

Relativamente ao assunto referido em epígrafe, a Presidente da Câmara solicitou autorização ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal para que este assunto fosse explicado pela Chefe da Divisão Financeira, o que veio a suceder, sendo que esta procedeu a uma apresentação do Orçamento da Receita e Despesa do Município de Nisa para o Ano de 2008, explicando o conteúdo do documento que havia sido enviado a todos os Eleitos.

Depois das explicações apresentadas, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa perguntou se havia alguém interessado em usar da palavra, tendo manifestado interesse em tal, o Eleito Arménio Morais, para referir que, por muito tempo que ande na política e nomeadamente neste Órgão, há-de ver sempre mencionados no Orçamento os habituais “outros”, alguns com verbas bastante avultadas e outros nem por isso. Apresentou os seus parabéns a quem, tecnicamente, elaborou este Orçamento, o mesmo já não podendo fazer quanto à questão política, salientando que houve tempos em que não era apresentada a introdução, com cariz político, depois começou a aparecer e este ano não

sabe se é política ou não, além de que até foi enviada aos eleitos da Assembleia Municipal sem assinatura, embora tivesse havido alguns, poucos, que a receberam assinada.

Depois de prestadas as devidas explicações e feita a intervenção antes referida, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa submeteu à aprovação o Orçamento da Receita e Despesa do Município de Nisa para o Ano de 2008, o qual, conforme conteúdo da Informação/Proposta Nº 33/2007, datada do dia 19 de Novembro de 2007, da Divisão Financeira, cuja cópia, assim como a restante documentação que a acompanha, fica arquivada em pasta anexa á presente Acta, foi aprovado por maioria, com quinze votos a favor e cinco abstenções e apresenta um total apurado no valor de 20.041.350,00€ (vinte milhões, quarenta e um mil, trezentos e cinquenta euros), registando uma redução de 0,16% relativamente ao Orçamento inicial de 2007, sendo 8.173.250,00€ (oito milhões, cento e setenta e três mil, duzentos e cinquenta euros) de Corrente e 11.868.100,00€ (onze milhões, oitocentos e sessenta e oito mil e cem euros) de Capital, o que corresponde 41% e 59%, respectivamente.

O Eleito Marco Oliveira não participou na discussão e aprovação do presente assunto por se encontrar, na altura, ausente da sala.

Ponto Nº 6 – DF – Deliberação Nº 39/2007

Grandes Opções do Plano do Município de Nisa para o Ano de 2008.

Relativamente ao assunto referido em epígrafe, a Presidente da Câmara, a solicitação do Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, apresentou ao Plenário, as Grandes Opções do Plano do Município de Nisa para o Ano de 2008, explicando o conteúdo do documento que havia sido enviado, previamente, a todos os Eleitos deste Órgão.

Depois das explicações apresentadas, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa perguntou se havia alguém interessado em usar da palavra, tendo manifestado interesse em tal, os Eleitos da referida Assembleia a seguir indicados:

- A Presidente da Câmara, relativamente à intervenção do Eleito Arménio Morais no ponto anterior sobre a falta de assinatura na sua intervenção política que acompanhou o Orçamento e as GOP's, disse que não sabia qual a razão de tal. Explicou o que queria dizer os "outros" e fez uma exposição exaustiva do documento em apreço, informando que, em termos de Plano Plurianual de Investimentos, a Câmara Municipal de Nisa só pode realizar as obras se as candidaturas forem aprovadas e realçou o peso do Complexo Termal, cuja obra tem que estar terminada até finais de Abril do próximo ano, para poder receber as verbas a que se candidatou. Fez uma breve explicação sobre a actual "mecânica" das candidaturas dos projectos aos programas comunitários, referindo que a mesma está a gerar forte contestação por parte da grande maioria das autarquias, muito por culpa dos prazos que são impostos e porque os projectos têm que ser apresentados num contexto nacional. Quanto ao Plano do Município de Nisa, disse que o mesmo não é muito ambicioso, foi difícil de elaborar mas é bastante realista, tendo em conta que a esmagadora maioria das verbas do QREN vai toda para os grandes projecto nacionais, em detrimento dos mais pequenos e, quanto a isto, o Distrito de Portalegre é, mais uma vez e desta, muito prejudicado.

- O Eleito Arménio Morais e sobre o documento em apreço, disse que a captação de população afigura-se uma tarefa difícil, até porque os incentivos escasseiam. Sobre a mão-de-obra qualificada, pensa que não deve ser uma situação deficitária, pois a formação afigura-se como uma constante, tendo em conta a quantidade de pessoal junto às oficinas da Câmara de Nisa. Quanto ao investimento privado no Concelho, referiu que gostava de ver isto como uma realidade, tal como os outros dois aspectos que frisou anteriormente, até ao final do presente mandato. Em relação aos tais "outros", tantas vezes mencionados, solicita que os mesmos sejam mais específicos e claros. Disse que é um defensor acérrimo do projecto termal, mas que este seja de qualidade, pensando que este ano se assistiu a um

decréscimo no número de utentes das Termas da Fadagosa, que foram próximos dos valores de 2003 e menos que os registados em 2004, 2005 e 2006.

- O Eleito Marco Oliveira referiu que se estava a discutir e a analisar o documento mais importante para o Concelho. Disse que se continua a falar no mesmo há vários anos e não aparece nada de novo, não compreendendo como é que a visão dos responsáveis do quarto concelho do Distrito de Portalegre, é tão curta. Refere-se que, para 2008 há 13 projectos e acções novos e 33 em curso e solicita que se lhe explique quais são aqueles 13 projectos novos e se os que estão em curso, se são os mesmos que foram mencionados o ano passado. Relativamente ao discurso político da Presidente da Câmara em que se refere a palavra “antidemocrático”, perguntou se se estava a dirigir ao Governo ou à União Europeia, achando que as últimas palavras do mesmo discurso são inconcebíveis. Lembrou que o avanço do Concelho de Nisa está intimamente ligado à gestão de um partido político. Perguntou o que é que se tem feito em relação aos 42 quilómetros de Tejo navegável, o que é que há de investimento municipal nas Termas da Fadagosa, à parte as verbas governamentais e o que é que há de importante para as freguesias circundantes ao Complexo Termal, isto é, Alpalhão, Tolosa e Arez. Foram editadas brochuras sobre os percursos pedestres no Concelho de Nisa e o que é que há de novo com o Chão da Velha e as Milaldeias, que podem ser integradas nos mesmos e não constam lá. Manifestou interesse em saber o que é que se está a fazer em relação à história do Concelho de Nisa, numa altura em que há novos dados sobre a mesma e já se passaram alguns anos sobre a data da elaboração da última monografia e perguntou o que é que se está a fazer em relação à ligação Alto Alentejo/Beira Baixa, através da Barragem de Cedillo. Referiu-se ao estado lastimoso em que se encontram algumas árvores da Praça da República, em Nisa. Perguntou o que é que se está a fazer para captar moradores para o Centro Histórico de Nisa. Registou com agrado o arranjo do troço que faltava para completar a Estrada Nacional 359, entre o IP2 e o cruzamento da Falagueira mas agora falta o tal nó de acesso ao Itinerário Principal. Advertiu a Presidente da Câmara para uma possível candidatura de pessoas independentes descontentes com o rumo que o Concelho de Nisa está a seguir, para as próximas eleições autárquicas

- A Eleita Florinda Fortunato, referiu-se ao facto de o Presidente da Mesa da Assembleia não lhe ter dado a palavra, da primeira vez que a solicitou. Disse que, fazendo uma análise às Grandes Opções do Plano, disse que lhe havia chamado a atenção para o centralismo, a nível governamental e pensa que, face a isto, o Plano para o Concelho de Nisa até é bastante optimista, uma vez que o Governo atribui e transfere competências para as autarquias, sem as competentes contrapartidas financeiras.

- O Presidente da Mesa respondeu à Eleita Florinda Fortunato, referido que, se não lhe deu a palavra, foi que não se apercebeu de que a mesma a havia solicitado, pois não é seu hábito por ninguém à frente.

- O Eleito Joaquim Marques disse que as Grandes Opções do Plano do Município de Nisa para o Ano de 2008, reflectem aquilo que é possível fazer. Chamou a atenção para o facto de haver necessidade de se fazer um alerta ao facto de as informações digitais disponíveis, sobre as freguesias do Concelho de Nisa e disponibilizadas pelas respectivas operadoras, não corresponderem à realidade.

- O Eleito Gilberto Manteiga e sobre os projectos para o Concelho de Nisa, disse que, tendo em conta as condicionantes enumeradas e apresentadas pela Presidente da Câmara, acha que as verbas disponibilizadas deveriam ser mais bem distribuídas pelo concelho, pois faz parte da responsabilidade política de quem dirige, ver um pouco mais além.

- A Presidente da Câmara referiu que, o Estatuto de Oposição, permite a esta a apresentação de projectos para o Plano e, até agora, ainda não viu nada neste sentido. Informou que, entre 2001 e 2005 e segundo dados do Instituto Nacional de Estatística, a

população do Concelho de Nisa estabilizou, referindo que captar pessoas e inverter o sentido da desertificação, não se consegue de um ano para o outro, é uma operação morosa. Lembrou ao Dr. Marco Oliveira que as verbas atribuídas ao Complexo Termal, não o foram, pelo Governo, mas sim pela União Europeia mas, se por acaso o tivesse sido, nem era pelo PS, pois a aprovação foi ainda no tempo do Governo PSD.

- O Vereador João da Costa disse que sabia que as pessoas que estão nesta Assembleia têm que falar e expor os seus pontos de vista, só que, muitas das vezes, o fazem sem conhecimento de causa. Não compreende como é que se passam semanas a elaborar um Plano Plurianual de Investimentos e, depois, só aqui e depois de o mesmo estar concluído, é que sugerem projectos.

- O Eleito Marco Oliveira disse que é completamente desnecessário estar a tentar responsabilizar dois Vereadores, um do PS e outro do PSD sem pelouro atribuído, uma vez que a CDU, legitimada por sufrágio, tem a maioria absoluta. Referiu que apenas solicitou a indicação de um e apenas de um projecto que se pretende realizar. Disse que está a trabalhar e viver no exterior do Concelho de Nisa e que nada o faria mais feliz poder vir para cá, se para tal tivesse condições. Acha que a mentalidade contemporânea, associada ao desenvolvimento local, não está ligada à governação CDU no Concelho de Nisa.

- A Presidente da Câmara disse que, nos outros concelhos vizinhos, que são geridos por outras forças políticas, também não vê grande desenvolvimento, isto nalguns, porque noutros, não vê é nada.

- O Eleito Marco Oliveira manifestou, ainda, interesse em saber se, dos projectos apresentados para o Distrito de Portalegre, algum diz respeito ao Concelho de Nisa.

Depois de prestadas as devidas explicações e feitas as intervenções antes referidas, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa submeteu à aprovação as Grandes Opções do Plano do Município de Nisa para o Ano de 2008, o qual, conforme conteúdo da Informação/Proposta Nº 32/2007, datada do dia 19 de Novembro de 2007, da Divisão Financeira, cujo cópia, assim como a restante documentação que a acompanha, fica arquivada em pasta anexa à presente Acta, foi aprovado por maioria, com dezasseis votos a favor e cinco abstenções e apresenta os valores a seguir indicados:

- O valor global das Grandes Opções do Plano do Município de Nisa para o Ano de 2008, é de 13.400.623,00€ (treze milhões, quatrocentos mil, seiscentos e vinte e três euros) em financiamento definido, sendo que:

- O total apurado no PPI (Plano Plurianual de Investimento) em financiamento definido, é de 11.529.765,00€ (onze milhões, quinhentos e vinte e nove mil, setecentos e sessenta e cinco euros);

- O Total apurado nas AMR (Actividades Mais Relevantes) em financiamento definido, é de 2.233.940,00€ (dois milhões, duzentos e trinta e três mil, novecentos e quarenta euros).

Ponto Nº 7 – DF – Deliberação Nº 40/2007

Contracção de empréstimo de longo prazo para o Projecto “CM1176 – Alpalhão/ Cruzamento de Tolosa”.

Sobre o assunto a que acima se faz referência e por solicitação do Presidente da Mesa da Assembleia, a Presidente da Câmara Municipal de Nisa explicou, com base na documentação enviada previamente a todos os Eleitos, o que levou o Executivo a solicitar e a provar aquele empréstimo.

Depois de prestadas as devidas explicações, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa perguntou ao Plenário se havia algum Eleito interessado em usar da palavra e, como nenhum manifestou interesse em tal, submeteu à aprovação a contracção de um empréstimo de longo prazo para o Investimento “CM1176 – Alpalhão/ Cruzamento de Tolosa”, até ao valor de 900.000,00€ (novecentos mil euros), o qual, conforme conteúdo da Informação/Proposta Nº 29/07, de 2 de Novembro de 2007, da Divisão Financeira, cuja

cópia, assim como a documentação que a acompanha, fica arquivada em pasta anexa à presente Acta, irá ser adjudicado por unanimidade, ao Banco Espírito Santo, a contracção de um empréstimo de longo prazo até ao valor de 900.000,00€, que apresentou a proposta mais vantajosa para o Município, com um spread de 0,250%, acrescido de taxa de juros Euribor a 3 meses, com pagamentos trimestrais.

Ponto Nº 8 – DF – Deliberação Nº 41/2007

Contracção de empréstimo de longo prazo para o Projecto “Rua da Igreja, em Tolosa”.

Relativamente o assunto a que acima se faz referência e por solicitação do Presidente da Mesa da Assembleia, a Presidente da Câmara Municipal de Nisa explicou, com base na documentação que foi enviada e previamente distribuída a todos os Eleitos desta Assembleia, o que levou o Executivo a solicitar e a provar aquele empréstimo.

Depois de prestadas as devidas explicações, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa perguntou ao Plenário se havia algum Eleito interessado em usar da palavra e, como nenhum manifestou interesse em tal, submeteu à aprovação a contracção de um empréstimo de longo prazo para o Investimento “Rua da Igreja, em Tolosa”, até ao valor de 294.332,00€ (duzentos e noventa e quatro mil, trezentos e trinta e dois euros), o qual, conforme conteúdo da Informação/Proposta Nº 30/07, de 2 de Novembro de 2007, da Divisão Financeira, cuja cópia, assim como a documentação que a acompanha, fica arquivada em pasta anexa à presente Acta, irá ser adjudicado, por unanimidade, ao Banco Espírito Santo, por ter sido o que apresentou a proposta mais vantajosa para o Município, com um spread de 0,250%, acrescido de taxa de juros Euribor a 3 meses, com pagamentos trimestrais.

Ponto Nº 9 – DF – Deliberação Nº 42/2007

Contracção de empréstimo de curto prazo para o Ano de 2008.

Relativamente o assunto a que acima se faz referência e por solicitação do Presidente da Mesa da Assembleia, a Presidente da Câmara Municipal de Nisa explicou, com base na documentação que foi enviada e previamente distribuída a todos os Eleitos desta Assembleia, o que levou o Executivo a solicitar e a provar aquele empréstimo, salientando este tipo de empréstimo é feito para acudir a dificuldades de tesouraria e que é amortizado, anualmente e no final de cada ano.

Depois de prestadas as devidas explicações, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa perguntou ao Plenário se havia alguém interessado em usar da palavra, sendo que o Eleito Marco Oliveira perguntou qual havia sido o valor do empréstimo do ano passado, tendo-lhe sido respondido que foi de 640.000,00€

Nestes termos e como não se verificou mais nenhuma intervenção, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa submeteu à aprovação a contracção de um empréstimo de curto prazo para o Ano de 2008, até ao valor de 700.000,00€ (setecentos mil euros), o qual, conforme conteúdo da Informação/Proposta Nº 28/07, de 2 de Novembro de 2007, da Divisão Financeira, cuja cópia, assim como a documentação que a acompanha, fica arquivada em pasta anexa à presente Acta, irá ser, por maioria, com dezanove votos a favor e uma abstenção, adjudicado ao Banco Santander Totta, por ter apresentado a proposta mais vantajosa para o Município, com um spread de 0,100%, acrescido de taxa de juros Euribor a 3 meses, com pagamentos trimestrais.

Ponto Nº 10 – DF – Deliberação Nº 43/2007.

Concurso público para “Exploração, para fins de restauração, hotelaria, lazer e similares, de um espaço junto à Barragem do Fratel”.

Por se ter verificado que a proposta relativa ao assunto referido em epígrafe apresentava alguns erros, nomeadamente porque a mesma diz respeito a um desdobramento de encargos e não a aprovação de uma adjudicação, a Presidente da Câmara solicitou a retirada deste assunto da Ordem de Trabalhos da presente Sessão.

Em consequência, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa submeteu á aprovação a solicitação apresentada pela Presidente do Executivo, a qual mereceu a concordância unânime de todos os Eleitos presentes.

Ponto Nº 11 – SAA – Deliberação Nº 44/2007

Inclusão de assuntos na Ordem de Trabalhos.

Aprovar, por unanimidade e conforme o previsto no Artº 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, a inclusão na Ordem de Trabalhos da presente Sessão, por solicitação do Gabinete de Planeamento, do processo a seguir indicado, o qual passará a constitui o Ponto Nº 12, da mesma Ordem de Trabalhos.

Ponto Nº 12 – GP – Deliberação Nº 45/2007

Constituição da Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Director Municipal de Nisa. Nomeação de um representante da Assembleia Municipal de Nisa.

Nos termos da solicitação do agendamento do assunto a que acima se faz referência, a Presidente da Câmara, depois de devidamente autorizada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, explicou as razões que levaram à apresentação do mesmo processo, nomeadamente a publicação do Decreto-Lei nº 316/2007, de 19 de Setembro, o qual tem a ver com a Revisão do Plano Director Municipal de Nisa, em curso. Referiu que os trabalhos estão adiantados, solicitando contributos dos eleitos.

Seguidamente, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu a palavra aos Eleitos que manifestaram interesse em fazê-lo:

O Eleito Joaquim Marques apresentou ao Plenário, para ser analisada e eventualmente votada, uma lista por si elaborada, tendo em vista o assunto em apreço.

O Eleito Marco Oliveira, na sequência do que foi dito pela Presidente da Câmara, referiu que o contributo dos eleitos não é um acto da vontade da mesma, mas antes uma imposição legal e quanto à lista apresentada, acha que a esta não deverá conter, unicamente, elementos da CDU mas que deve ser uma representação democrática.

A Eleita Florinda Fortunato e no seguimento da intervenção antes descrita, sugere que se elabore uma lista que contenha um representante de cada bancada.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal propôs que se fizesse um intervalo, para elaboração e apresentação de uma lista consensual, na qual fosse incluído um representante de cada uma das bancadas desta Assembleia.

O Eleito Marco Oliveira manifestou interesse em ouvir a opinião da bancada do PSD.

A Eleita Ilda Pires, respondendo ao Eleito Marco Oliveira, disse que na bancada do PSD há democracia e que cada um vota de acordo com a sua consciência, referindo que concordava com a lista que havia sido apresentada a sufrágio.

O Eleito Marco Oliveira referiu que não compreendia porque razão, num local onde se apregoa tanto a democracia, seja apresentada uma lista destinada a escolher um representante para uma comissão, que seja composta, unicamente, por elementos da CDU. Informou que a bancada do PS tem um eleito para apresentar para a dita Comissão de Acompanhamento e que tem todo o interesse em estar representado na mesma.

A Eleita Florinda Fortunato apelou à Assembleia para que se decidisse, democraticamente, a nomeação do seu representante na comissão já referida.

Na sequência do que foi referido anteriormente pelos Eleitos que apresentaram os seus pontos de vista e para que se efectuasse a votação dentro das normas democráticas, a Assembleia Municipal decidiu não aceitar a lista apresentada pelo Eleito Joaquim Marques e proceder a uma votação por escrutínio secreto.

Após as intervenções antes descritas e tendo em conta a alteração ao Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, introduzida pelo Decreto-Lei nº 316/2007, de 19 de Setembro, que determina que o acompanhamento dos PDM's, até aqui assegurado pela respectiva Comissão Mista de Acompanhamento, passe, nos termos da Portaria 1471/

2007, de 16 de Novembro, a designar-se por “Comissão de Acompanhamento” e que a mesma integre um Eleito da Assembleia Municipal, o Presidente da Mesa deste mesmo Órgão, submeteu à aprovação, nos termos do conteúdo da Informação/Proposta Nº 17/07, datada do dia 4 de Dezembro de 2007, do Gabinete do Plano Director Municipal de Nisa, cuja cópia fica arquivada em pasta anexa à presente Acta, através de votação efectuada por escrutínio secreto, do representante da Assembleia Municipal de Nisa e respectivo suplente na Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM de Nisa, tendo sido designado, como efectivo, o Eleito João Malpique Rufino, que obteve 13 votos e como suplente, o Eleito Arménio Morais de Almeida, com 11 votos, sendo que, para eleição deste último representante, houve necessidade de recorrer a segunda votação, uma vez que se verificou um empate a 8 votos entre os dois mais votados na primeira.

O Eleito Marco Oliveira apresentou a declaração de voto que a seguir se transcreve:

“Na sequência de intervenções anteriores por parte da CDU solicitando a intervenção do PS no debate dos principais pontos estratégicos para o concelho, a não aceitação da participação de uma outra força política para a comissão em causa, simplesmente transmite o sentido anti-democrático da própria CDU e lhe retira qualquer legitimidade para intervenções semelhantes no futuro”.

Ponto Nº 13 – Intervenção de munícipes.

Uma vez que a presente Sessão tem o carácter de pública e para cumprimento do disposto no nº 5 do Artº 84º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os munícipes presentes na sala foram convidados a intervir, tendo-se verificado as seguintes intervenções:

- Ilda Maria Pires, de Nisa, começou por desejar as Boas Festas a todos os Eleitos da Assembleia Municipal de Nisa. Depois, referiu com agrado o facto da empresa do Engº Nuno Morais de Almeida, ser agora a responsável pela manutenção dos jardins públicos de Nisa, referindo que tem a certeza que os mesmos vão passar a estar em boas mãos, atendendo ao profissionalismo e empenho do mesmo. Chama, depois, a atenção para o estado de limpeza em que se encontram as ruas e espaços públicos de Nisa, que se encontram num estado lastimável, solicitando, ainda, que se tomem medidas punitivas aos proprietários de cães que os levam a passear ao jardim e que não se preocupam minimamente com a limpeza dos dejectos que os animais fazem.

Ponto Nº 14 – SAA – Deliberação Nº 46/2007

Justificação de faltas de Eleitos a Sessões da Assembleia Municipal.

A Assembleia Municipal de Nisa decidiu, por unanimidade, justificar as faltas dadas à Sessão de hoje pelos seguintes Eleitos, os quais apresentaram pedido de justificação:

- Adelino José Polido Temudo, por motivos de ordem profissional, conforme e.mail que remeteu a esta Assembleia, com data de 5 de Dezembro de 2007;

- José Manuel Tremoço Barreto, por motivos de ordem profissional, conforme e.mail que enviou a esta Assembleia, com data de 28 de Novembro de 2007;

- Francisco Rogério Cardoso Dias, Presidente da Junta de Freguesia de Amieira do Tejo, por motivos de saúde, conforme Atestado Médico datado de 7 de Dezembro de 2007.

Ponto Nº 15 – SAA – Deliberação Nº 47/2007

Aprovação, em Minuta, das Deliberações que antecedem.

Aprovar, por unanimidade, em Minuta e para efeitos imediatos, todas as Deliberações que antecedem, nos termos e para cumprimento do que dispõe o nº 3 e 4 do Artº 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, podendo as mesmas adquirir a eficácia prevista no nº 4 do já antes citado artigo.

ENCERRAMENTO DA SESSÃO.

A presente Sessão Ordinária de Abril da Assembleia Municipal de Nisa foi encerrada pelo Presidente da respectiva Mesa, conforme o previsto na alínea p) do nº 1 do Artº 68º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, quando eram dezanove horas e quinze minutos.

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente Acta, constituída por onze folhas numeradas e rubricadas, que vai ser assinada nos termos do nº 2 do Artº 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e desta mesma Sessão, Sr. José da Cruz Curado Polido e por mim, António Maria Curado Carrasco, Chefe da Secção de Administração e Arquivo, que a elaborei na qualidade de Secretário.

O PRESIDENTE DA SESSÃO,

O CHEFE DA S.A.A.,

(José da Cruz C. Polido / Pres. da Mesa da Ass. Mun.)

(António Maria Curado Carrasco / Secretário)



MUNICÍPIO DE NISA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NISA

Acta presente em Sessão _____,
realizada do dia ____/____/____ e aprovada por
_____, conforme Deliberação Nº ____/_____.

- Favor:

- Abstenção:

| - Contra: